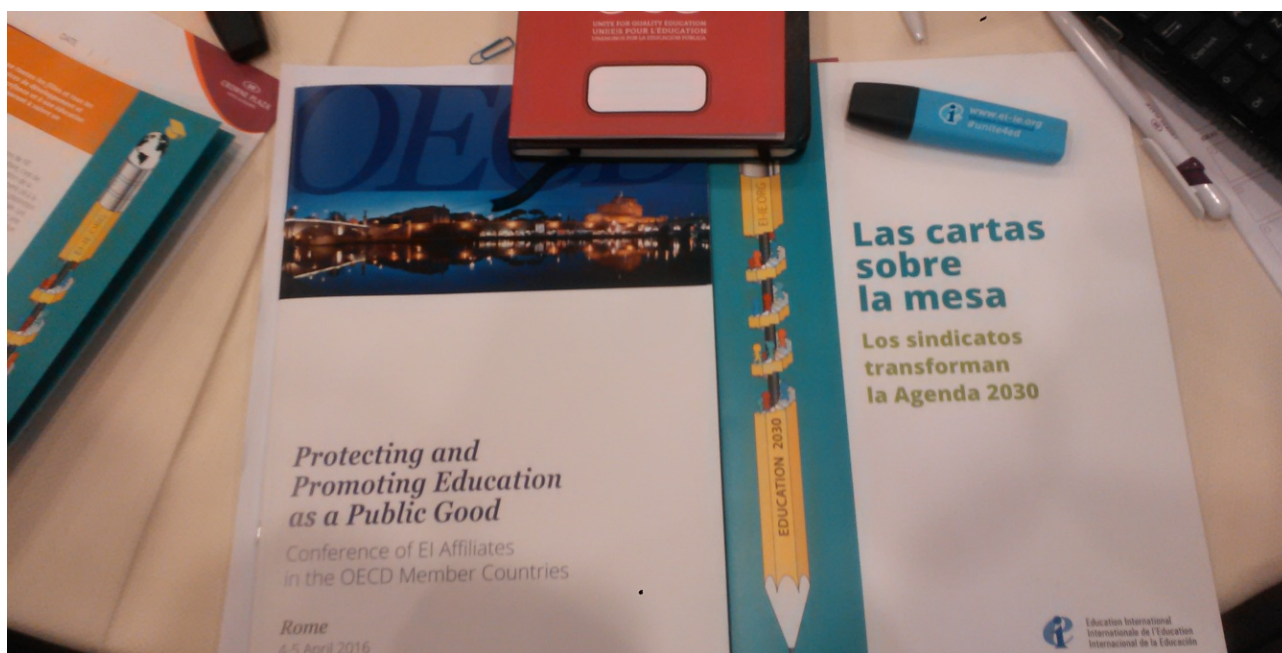


Conferência de Roma debateu questões chave da Educação*Págs. 2 e 3*

UNESCO / Benedicte Desrus

**Relatório GEM sobre
responsabilidade em Educação***Págs. 10 e 11***Sessão 60 da Comissão das
Mulheres nas Nações Unidas***Pág. 12*

Conferência de Roma debateu questões chave da Educação



Proteger e promover a Educação como um bem público foi uma das preocupações principais da conferência de Roma

Durante os dias 4 e 5 de abril teve lugar, em Roma, uma conferência da Internacional da Educação (IE) em colaboração com a OCDE à qual assistiram mais de 30 sindicatos de docentes de todo o mundo. A FNE esteve representada nesta conferência com uma delegação constituída por Alexandre Dias, do Departamento Internacional desta Federação e do Sindicato dos Professores da Zona Norte, Eva Vidal, do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores e Cristina Ferreira, do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas.

Durante dois dias realizaram-se conferências e sessões temáticas sobre questões chave que afetam a educação e as organizações sindicais

representativas dos docentes, em países que integram a OCDE, e que são filiadas da Internacional da Educação.

O tema da conferência versou sobre “Proteger e promover a educação como um bem público” e realizaram-se mesas redondas sobre o relatório TALIS e sobre as campanhas da IE contra a privatização e mercantilização do setor da educação.

Académicos e líderes sindicais fizeram uma reflexão conjunta sobre os efeitos devastadores da comercialização da educação e sobre as ameaças que continuam a pairar sobre o setor. Do debate resultaram um conjunto de estratégias e propostas de ação sindical que serão desenvolvidas em novas iniciativas da IE.

“A educação pública, gratuita, universalmente acessível continua a ser uma condição prévia para alcançar um mundo melhor”, disse a presidente da Internacional da Educação, Susan Hopgood durante seu discurso de abertura, alertando para a ameaça que a privatização da educação pode constituir no caminho para uma educação de qualidade para todos.

Sobre o tema da privatização da educação foram analisadas as suas causas e consequências. Este tem sido um dos temas fulcrais do debate sobre a educação, já que estão em jogo todas as ações de lobby dos grandes grupos financeiros ligados à educação. A conferência promoveu ainda a oportunidade de serem analisados os desenvolvimentos do tema e a forma como estas multinacionais se estão a infiltrar nos diferentes países, impondo as suas políticas e destruindo os sistemas públicos de educação.

Os participantes analisaram igualmente os **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável** e foram informados sobre as ações da IE nesta área. Atualmente foi definida uma agenda com 17 objetivos até 2030, aceite por todos os governos signatários e que norteará as políticas nesta área.

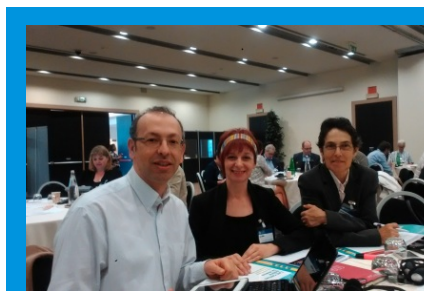
A Presidente da IE, Susan Hopgood sublinhou os desafios colocados por esta nova agenda para a



Susan Hopgood, dirige-se aos participantes

educação, salientando que as 17 novas metas "terão de ser integradas em planos nacionais de implementação, a fim de serem eficazes", destacando também que as novas metas devem ser abraçadas por todos os governos e educadores. Neste sentido, pretende-se manter a mobilização para a campanha “Unidos Por uma Educação de Qualidade” que tem sido desenvolvida pela IE nos últimos dois anos.

A FNE esteve presente em todos os temas debatidos, tendo os elementos da delegação assegurado a sua representação nos diferentes momentos do programa e partilhado as perspetivas da FNE com os restantes participantes. Os temas abordados serão apresentados à direção de forma a poderem ser integrados na ação reivindicativa e na negociação coletiva.



Alexandre Dias, Eva Vidal e Cristina Ferreira, em representação da FNE



Visão Geral da Conferência



Fred Van Leeuwen, Secretário-Geral da IE em declarações à imprensa

Projeto Educação de Qualidade para Todos chega ao Mali



Dennis Sinyolo, coordenador principal da IE, dirigindo-se aos participantes no lançamento da nova fase do projeto em Bamako, Mali.

A nova fase do projeto **Docentes de Qualidade para Todos – Todas as crianças necessitam de um mestre** foi lançado no Mali com o objetivo de melhorar a qualidade dos docentes, da educação e da aprendizagem no país.

O coordenador principal da Internacional da Educação (IE) Dennis Sinyolo reconheceu o trabalho realizado pelo associado da IE, Oxfam Novib, e dos associados do projeto Docentes de Qualidade em Mali – o Sindicato Nacional da Educação e da Cultura, o Ministério da Educação e outras associações.

Durante o lançamento da iniciativa em Bamako, Mali, entre

os dias 2 e 4 de março foi sublinhada a necessidade destas organizações levarem por diante o compromisso de melhorar a qualidade da educação no Mali através da implementação deste projeto.

O Ministro da Educação do Mali, Barthélémy Togo reafirmou o compromisso do governo com os objetivos do projeto, que aliás integram o programa do governo de desenvolvimento da educação para os próximos 10 anos. O ministro da Educação assumiu ainda o compromisso de aumentar os salários dos docentes e acelerar o processo de reconversão das escolas comunitárias em escolas públicas.

Por outro lado, a Internacional da Educação insta o Governo do Mali a integrar no serviço público todos os docentes comunitários devidamente formados. “O êxito deste projeto demonstra que os diferentes governos, os sindicatos de docentes e a sociedade civil podem trabalhar em conjunto para melhorar a qualidade da educação”, afirmou Dennis Sinyolo, da IE.



Conferência da Educação para a Paz em Sófia



Aspeto geral da *Conferência sobre Educação para a Paz*, que decorreu após os ataques terroristas em Bruxelas

A União de Professores Búlgaros (SEB) convidou colegas dos Balcãs para a **Conferência sobre Educação para a Paz**, em Sófia, no passado dia 25 de março. O programa incluiu apresentações de vários países; Eslovénia, Bósnia e Herzegovina, Macedónia, Albânia, Chipre e, claro, Bulgária. A conferência foi realizada logo após os ataques terroristas em Bruxelas, o que, naturalmente, acabou por enfatizar a importância das discussões.

O presidente do Sindicato de Professores da Bulgária, Yanka Tikova, sublinhou o objetivo da iniciativa. "É muito importante que entendamos o papel da educação e professores no mundo de hoje de conflitos. Temos de promover a educação para a paz e solução de conflitos parte integrante do

currículo e dar aos professores o suporte e formação necessários".

Martin Rømer, diretor do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) também participou na Conferência e declarou que o CSEE tem dado prioridade à Educação para a Paz há muito e que o tema foi já abordado anteriormente no Chipre, o que levou a abertura de uma nova frente de cooperação entre os sindicatos de professores cipriotas.

O CSEE vai manter o tema na agenda e a próxima conferência sobre Educação para a Paz terá lugar em Baku, no Azerbaijão, a 2 e 3 de junho de 2016.

Parceiros sociais espanhóis reunidos em Madrid

No passado dia 5 de Abril, o projeto europeu conjunto parceria para o diálogo social reuniu organizações membros espanholas do CSEE com representantes do Ministério da Educação espanhol, bem como várias organizações de empregadores da educação.

Os participantes aproveitaram a oportunidade não só para obter novas informações sobre o desenvolvimento do diálogo social europeu ao nível do ensino, mas também para avaliar o estado atual da sua própria situação relativamente ao diálogo social.

O debate permitiu ainda uma reflexão conjunta acerca dos desafios atuais para a educação em Espanha, e também sobre o impacto severo da crise económica e financeira na educação de qualidade, a situação económica dos professores, mas também sobre o desenvolvimento do diálogo social. A construção de confiança mútua entre os parceiros sociais foi sublinhada durante toda a

reunião como uma condição essencial para uma parceria social bem sucedido.

Um conjunto de apresentações detalhadas sobre o diálogo social a diferentes níveis permitiu um frutuoso intercâmbio de experiências e boas práticas. Duas apresentações preparadas pelos parceiros sociais de educação irlandeses através de uma chamada de videoconferência foram particularmente apreciadas pelos participantes e conseguiram estimular a discussão em torno de uma perspetiva diferente.

Carlos López Cortiñas, secretário-geral da Federação de Ensino de FETE-UGT e parceiro espanhol no projeto, ilustrou claramente a complexidade da situação espanhola, onde as decisões são tomadas tanto a nível regional e onde a negociação coletiva nacional ocorre em dois diferentes setores nomeadamente no setor público com uma quota de cerca de 70% e no setor privado, com uma quota de cerca de 30%.





UE

UE apoia educação em situações de emergência com pacote de 52 milhões de euros



A Comissão Europeia anunciou a 5 de abril um pacote de ajuda humanitária destinado a projetos educativos para crianças em situações de emergência no valor de 52 milhões de euros, que deverá abranger 2,3 milhões de crianças em 42 países.

Implementado no quadro do compromisso anteriormente assumido pela Comissão de afetar 0,4% do orçamento comunitária a ajuda humanitária à educação, este projeto será orientado para regiões onde as crianças correm maior risco de exclusão escolar ou de perturbação do processo educativo, designadamente no Médio Oriente (especialmente Síria e Iraque), África Oriental, Central e

Ocidental, Ásia, Ucrânia, América Central e Colômbia.

“Estamos hoje a cumprir e a ultrapassar o nosso compromisso de quadruplicar o apoio à educação em situações de emergência de 0,1% para 0,4% do orçamento para ajuda humanitária, passando de 11 milhões de euros em 2015 para 52 milhões de euros em 2016”, sublinhou o comissário responsável pela Ajuda Humanitária e Gestão de Crises.

Segundo Christos Stylianides, “ao investir agora na educação das crianças apanhadas em zonas de conflito e noutras situações de emergência”, a UE está a fazer “um investimento

contra o risco de uma geração perdida e um investimento para o futuro”.

O financiamento anunciado apoiará o acesso à educação em situações de emergência, incluindo educação sobre os riscos das minas, competências para a vida e formação profissional, atividades recreativas e apoio psicossocial.

As crianças beneficiarão igualmente do fornecimento de material escolar e da criação de novas infraestruturas escolares, e os professores, os pais e as outras pessoas que se ocupam das crianças beneficiarão igualmente de formação, precisa a Comissão Europeia.

Com Lusa

Rede Eurydice faz ponto da situação sobre efeitos da Declaração de Paris

Overview of education policy developments in Europe following the Paris Declaration of 17 March 2015



:: Promover o diálogo intercultural através de todas as formas de aprendizagem em cooperação com outras políticas e diferentes parceiros.

O folheto agora divulgado apresenta a evolução das políticas nacionais de educação relacionadas com estas quatro metas acima transcritas.

A rede Eurydice, uma rede europeia que difunde informação comparada sobre as políticas e os sistemas educativos europeus, publicou recentemente um folheto que dá conta dos desenvolvimentos mais recentes nas políticas de educação relacionados com as metas da Declaração de Paris, sobre promoção da cidadania e dos valores comuns da liberdade, da tolerância e a não discriminação através da educação, aprovada em março do ano passado. O documento integra um conjunto de metas para serem adotadas pelos estados membros:

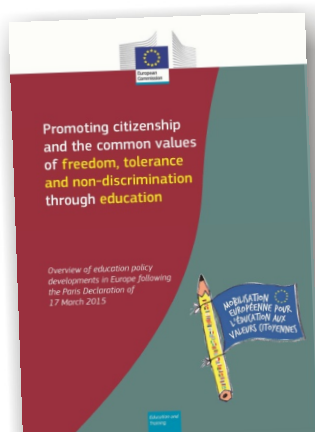
:: Garantir que as crianças e os jovens a adquiram as competências sociais, cívicas e interculturais, através da promoção de valores democráticos e dos direitos fundamentais, da inclusão social e da não discriminação, bem como a cidadania ativa;

:: Aperfeiçoar o pensamento crítico e da literacia mediática, nomeadamente na utilização da Internet e redes sociais, de modo a desenvolver resistência a todas as formas de discriminação e de doutrinação;

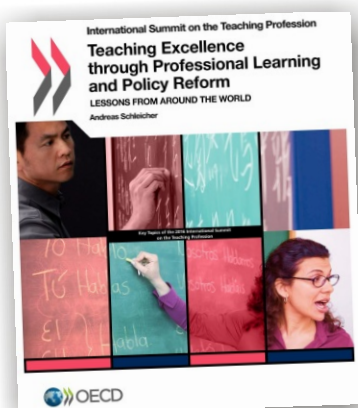
:: Promover a educação de crianças e jovens desfavorecidos, assegurando que os sistemas de educação e formação atendam às suas necessidades;

Desde a adoção da Declaração de Paris, dois terços dos países têm ampliado a sua política nacional de educação e inúmeras políticas de educação têm sido desenvolvidas, que vão desde o estabelecimento de novos grupos de peritos ou organismos especializados para escrever ou rever a regulamentação, a criação de programas e implementação de estratégias ou ações nacionais.

Resumindo os principais desenvolvimentos políticos, este folheto mostra que a evolução nas políticas nacionais de cada país, tais como a formação inicial e desenvolvimento profissional contínuo dos professores, ensino e aprendizagem de conteúdos, avaliação dos alunos e participação dos alunos, dentro ou fora da escola. Os desenvolvimentos políticos mencionados referem-se a todos os níveis de ensino.



Lições de excelência na educação



Clique na imagem acima para consultar o relatório

“Ensinando a Excelência através da Aprendizagem Profissional e Políticas de Reforma – Lições de todo o mundo” é o título do último relatório de Andreas Schleicher, diretor de Educação da OCDE, que surgiu como base de ligação às temáticas desenvolvidas na 6ª Cimeira Internacional da Profissão Docente, que decorreu em Berlim, no passado mês de março de 2016, numa organização conjunta do governo alemão, da Internacional da Educação (IE) e da própria OCDE.

Esta publicação resume assim as evidências que sustentaram a 6ª Cimeira de Berlim, reunindo análise de dados comparativos de vários estudos da OCDE e experiências dos participantes, no sentido de se desenvolverem políticas de educação eficazes para uma vida melhor.

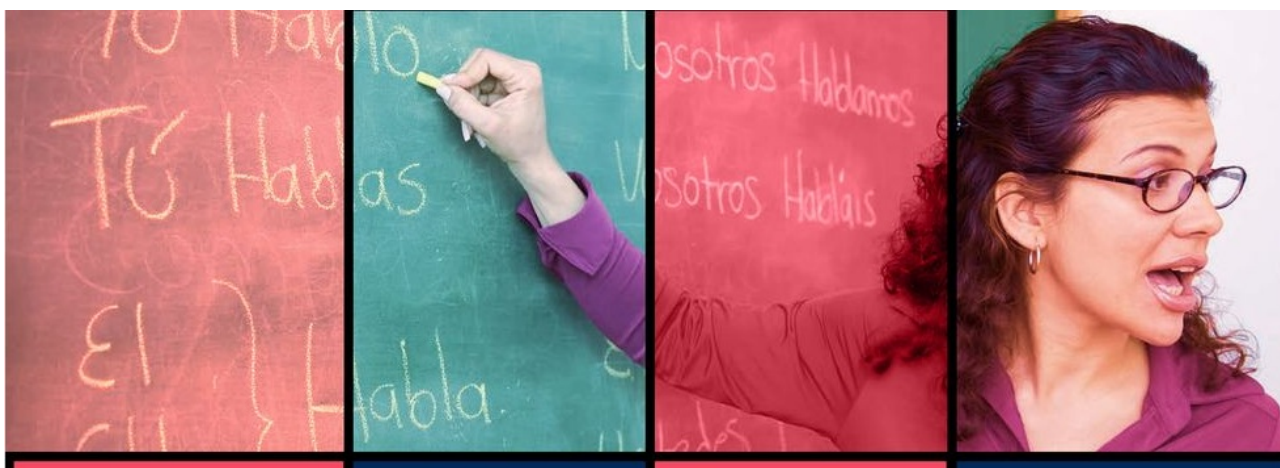
O relatório divide-se em quatro capítulos principais, a saber: Que Conhecimento, Competências e Qualidades de Carácter devem ter os Professores de Sucesso, Que Políticas podem ajudar os Professores a Adquirirem o Conhecimento e Competências de que Precisam, O que podem fazer os Governos para implementarem Políticas efetivas de Educação e um último capítulo dedicado a Professores profissionais, Reformas de Sucesso.

Se é verdade que a qualidade de um sistema de ensino não pode nunca exceder a qualidade dos seus professores, então os países precisam de fazer todo o possível para construir uma força de



Andreas Schleicher, Diretor da Educação da OCDE

ensino de alta qualidade. Este relatório da OCDE examina assim as políticas de educação e práticas que ajudam os professores e educadores a adquirir essas ferramentas, incluindo através de programas de indução e orientação, atividades contínuas de desenvolvimento profissional, avaliação de alunos e colaboração com colegas na escola. Esta publicação também aborda o envolvimento dos parceiros sociais – em particular os professores – no processo da reforma da educação.





ONU

Relatório GEM sobre responsabilidade em Educação



Image: UNESCO / Benedicte Desrus

Está em fase de elaboração um relatório sobre a educação global com um foco especial na prestação de contas. Os educadores de todo o mundo puderam dar o seu contributo.

O **Global Education Monitoring** (GEM na sigla em inglês) é um instrumento que servirá para investigar, analisar e propor recomendações concretas relacionadas com a prestação de contas na educação. A organização convidou educadores de todo o mundo para partilhar suas

opiniões sobre esta questão, incluindo sugestões sobre literatura relevante, análise de dados e estudos de caso através de uma consulta on-line.

Com uma nova meta para a educação global ambiciosa, orçamentos apertados e um foco especial na garantia de que ninguém é deixado para trás, os países estão sob pressão para garantir o acesso à educação de forma mais eficaz, eficiente e equitativa.

Essas pressões existem por causa do fraco desempenho persistente dos sistemas de ensino, tendo em conta os desafios globais, e por causa da crescente evidência sobre a influência da educação de boa qualidade sobre o bem-estar individual e coletivo. Além disso, a educação constitui uma despesa orçamental importante na maioria dos países. A utilização adequada dos fundos públicos tornou-se por isso uma prioridade.

O relatório abordará a questão da responsabilidade na educação, abordando as seguintes questões-chave:

Quais são as fundações e a evolução do conceito de responsabilidade na educação, e o que está em jogo?

Quais são as principais formas de prestação de contas? Como essas formas mudaram ao longo do tempo? Qual é a lógica por trás dessa mudança?

Quais são as implicações para a responsabilidade na educação num mundo mais globalizado?

Quais são as implicações dos sistemas de responsabilização para os diferentes atores, níveis e setores da educação? Como é que estas variam em diferentes países?

Quais são as implicações das estruturas de prestação de contas para a percepção pública da educação num país? Como é que estas variam de acordo com diferentes formas de prestação de contas?

Quais as estruturas de prestação de contas mais ou menos eficazes, e como são usadas ou abusadas em circunstâncias diferentes?

Quais são os fatores políticos, económicos e sociais que fazem as diferentes formas de responsabilização funcionar ou não?

Que lições podem ser retiradas sobre os modos e formas através das quais a educação tem sido monitorizada e auditada?



Sessão 60 da Comissão das Mulheres nas Nações Unidas



Uma delegação de 150 mulheres sindicalistas, de 34 países, provenientes de organizações como a Internacional da Educação (IE) ou de federações sindicais globais, estiveram presentes na “Sessão 60 da Comissão do Estatuto das Mulheres das Nações Unidas”, que decorreu entre 14 e 24 de março de 2016, na sede daquela organização, em Nova Iorque.

O tema prioritário do evento foi a “Valorização das Mulheres e a sua ligação ao Desenvolvimento Sustentável” e em revisão esteve a “Eliminação e Prevenção de todas as formas de Violência contra as Mulheres e Raparigas”, temática em foco nas conclusões da anterior Sessão 57. O tema prioritário foi muito importante porque tratou-se do primeiro

grande evento das Nações Unidas a decorrer desde que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi acordada, em setembro de 2015.

A “Sessão 60” apresentou, na verdade, uma oportunidade única para reunir a comunidade da educação e do género em torno das interligações entre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Qualidade da Educação – assegurar uma qualidade da educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (Igualdade de Género – alcançar a igualdade de género e valorizar as mulheres e as raparigas).

Os Sindicatos Globais (Confederação Sindical Internacional-CSI, IE, Internacional dos Serviços Públicos-ISP e a Federação Internacional de Transportes - OIT: organizações da sociedade civil com estatuto consultivo no Conselho Económico e Social) elaboraram e apresentaram conjuntamente uma declaração intitulada “Preparando a Valorização Social e Económica das Mulheres em 2030”, onde sublinharam os maiores desafios mundiais que se esperam para as mulheres nos anos que se avizinham.

Como atesta a declaração, uma das principais razões por que as mulheres se filiam em sindicatos é para melhorar a sua valorização económica e social, mediante a organização e a negociação coletiva, com vista a um trabalho digno. Em todo o mundo, 70 milhões de mulheres estão representadas em sindicatos. Os sindicatos são assim atores e participantes chave para garantir que todos os objetivos de desenvolvimento sustentável podem ser alcançados em 2030.



Gabinete da UNESCO em Bruxelas debateu igualdade de género



Da esquerda para a direita: Susan Flocken, Coordenador do ETUCE ; Maria Arena, MEP

Por ocasião do lançamento dos Atlas de Desigualdade de Género na Educação, o Gabinete da UNESCO, sediado em Bruxelas, organizou, a 18 de março, um debate no Parlamento Europeu, para reafirmar o compromisso da UNESCO na promoção da igualdade de género dentro e através da educação.

Respondendo às perguntas do jornalista Alessio Pisano, Maria Arena, membro do Parlamento Europeu, do Grupo dos Socialistas e Democratas, e Susan Flocken, coordenadora do Comité Sindical Europeu para a coordenação de Educação Política Interna, partilharam ideias sobre como incentivar a igualdade de género dentro e através da educação na Europa. As duas protagonistas do debate sublinharam a importância de abordar os estereótipos no sistema de educação infantil.

A representante do Parlamento Europeu também destacou a importância da licença de paternidade dizendo que hoje apenas 2,7% dos homens gozam a licença parental na Europa. Sem uma boa partilha entre família e trabalho não é possível lutar por igualdade de género.

Susan Flocken, do Comité Sindical Europeu falou sobre a importância de ensinar às crianças que não há empregos masculinos ou femininos e que precisamos de ter a certeza, que as mulheres não vão conseguir um emprego ou chegar a uma posição só porque são mulheres, mas por causa de sua qualificação.

A igualdade de género é uma das prioridades da UNESCO para o período 2014-2021. A UNESCO, com o seu mandato multidisciplinar abrangendo a educação, a cultura, a comunicação e as ciências, promove a igualdade de género de uma forma holística.



EUA: Tribunais decidem a favor dos sindicatos



O Supremo Tribunal nos Estados Unidos decidiu a favor dos sindicatos da administração pública e rejeitou um ataque conservador sobre as quotas que são cobradas aos não associados.

Em causa estava uma ameaça para os sindicatos da função pública americana, que representam cerca de 36% do emprego público. A medida pretendia anular uma decisão do Supremo Tribunal datada de 1977 e que permitia aos sindicatos de funcionários públicos cobrar uma quota equitativa a não membros para os gastos na negociação coletiva.

Randi Weingarten, presidente da Federação Americana de professores (AFT na sigla inglesa), congratulou-se com esta decisão que descreveu como “um grande triunfo”.

De acordo com a lei da Califórnia, os funcionários públicos que optam por não ser filiados num sindicato devem pagar uma “quota equitativa de serviço”, conhecida também como “comissão de administração”, que em alguns casos pode ser de valor semelhante às quotas que pagam os membros de sindicatos.

Onda de calor obriga a encerramento de mais de 250 escolas na Malásia



Mais de 250 escolas na Malásia estavam encerradas no princípio de abril devido a uma onda de calor trazida pelo fenómeno climático El Nino, que tem afetado gravemente a produção de alimentos e provocado escassez crónica de água em muitos países.

As autoridades ordenaram o fecho das escolas nos estados de

Perlis e Pahang depois do registo de temperaturas superiores a 37 graus celsius durante um período de mais de 72 horas, indicaram os meios de comunicação locais.

O Ministério da Educação malaio afirmou que a decisão foi tomada para proteger a saúde de cerca de 100 mil estudantes, informou a agência noticiosa oficial Bernama.

Conferência cria Associação de Estudos de Língua Portuguesa da Ásia

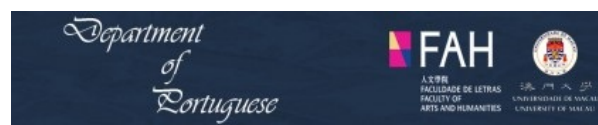
A Universidade de Macau organizou a 8 e 9 de abril uma conferência internacional sobre ensino e aprendizagem de português como língua estrangeira durante a qual foi criada a Associação de Estudos de Língua Portuguesa da Ásia (AELPA).

A associação foi criada à imagem de outras associações de professores, investigadores e académicos de estudos portugueses espalhados pelo mundo, como por exemplo a American Portuguese Studies Association (APSA) na América.

A AELPA terá a sua primeira sede na Universidade de Macau durante dois anos e os seus estatutos e primeiro comité executivo foram aprovados durante a conferência.

A conferência contou com 52 comunicações e participantes oriundos do interior da China, Japão, Coreia do Sul e Índia. Também participaram professores das várias instituições de ensino em Macau e de outras de Portugal.

Na conferência foram abordados, entre outros assuntos, as literaturas de língua portuguesa, as metodologias e propostas curriculares, nomeadamente as que melhor respondem ao perfil dos falantes de língua chinesa, que não pode ser a mesma proposta curricular aplicada a um falante de francês, espanhol ou alemão.



Commission on the Status of Women

CSW60



WOMEN'S EMPOWERMENT AND ITS LINK TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT

New York 14 – 24 March 2016

